

GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NA SOCIEDADE DE RISCO: AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS, RESISTÊNCIAS LOCAL-GLOBAIS E A AÇÃO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO

Ginez Leopoldo Rodrigues de Campo *

RESUMO

Pretendemos, neste artigo, analisar os desafios impostos para a classe trabalhadora na chamada “sociedade global de risco”, principalmente porque é preciso considerar o desemprego estrutural em escala mundial como sendo um dos grandes riscos sociais da atual globalização contemporânea. Tomando como referência o conceito de sociedade de risco, desenvolvido a partir das contribuições teóricas de Anthony Giddens e Ulrich Beck, procura-se descrever uma nova abordagem analítica proposta pelos autores, no qual o trabalho (conceito central na chamada sociedade de classes) perde sua centralidade ao ser substituído pela temática ambiental, cuja centralidade está agora fundamentada na questão ecológica. Ao mesmo tempo, a partir das abordagens teóricas de Boaventura de Souza Santos e de Ulrich Beck, analisa-se o fenômeno da globalização procurando destacar as conseqüências humanas desse processo, bem como as novas formas sociais de resistência e de ação política que se configuram frente os riscos do desemprego em escala global.

Palavras-chave: globalização, trabalho, desemprego, reestruturação produtiva, sociedade de risco.

1 INTRODUÇÃO

O atual processo de globalização da economia mundial¹ tem causado profundas transformações na organização da produção, na gestão das empresas e na organização do trabalho. A introdução de novas formas de organização industrial e a alteração do

* Professor e pesquisador da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). Economista (UFAL), mestre em Sociologia (UFRGS) e doutorando em Sociologia Política (UFSC). E-mail: ginez@terra.com.br.

¹ O termo “globalização da economia mundial” tem sido utilizado para contextualizar uma multiplicidade de fenômenos que, sobretudo a partir da década de 1970, estariam configurando uma redefinição nas relações internacionais em diferentes áreas da vida social, como a economia, as finanças, a tecnologia, as comunicações, a cultura, a religião etc. Em termos organizacionais, de acordo com as escolas de administração norte-americanas, o qualificativo *global* significaria que os grandes grupos empresariais multinacionais deveriam aproveitar as oportunidades surgidas com a liberalização e a desregulamentação das economias nacionais; para tanto, seria necessária a reformulação de suas estratégias internacionais a partir de uma reorganização produtiva e comercial de suas organizações (CATTANI, 1997).

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 14	n. 26	p. 135-156	maio 2006
---------------------	-------------	-------	-------	------------	-----------

sistema de produção têm modificado substancialmente as formas de trabalho, criando expectativas desalentadoras à classe trabalhadora, principalmente em razão do fato de que o aumento do desemprego estrutural tem se tornado uma ameaça constante, tanto para os governos incapazes de formular políticas públicas de geração de emprego e renda como para os trabalhadores, que são obrigados a se submeter às novas regras e exigências do mercado de trabalho, ou, na pior das hipóteses, são conduzidos compulsoriamente a fazer parte das estatísticas dos desempregados.

Os avanços tecnológicos, as reestruturações produtivas e organizacionais e os processos globais de abertura econômica constituem hoje o pano de fundo de um cenário mundial caracterizado paradoxalmente pelo aumento da pobreza e da concentração da renda. Esse quadro dramático, consequência também de um crescimento econômico insuficiente e de mudanças na organização do trabalho, está, de certa forma, relacionado à adoção de programas macroeconômicos de ajuste estrutural adotados por um número significativo de países, que, ao adotarem o receituário neoliberal de políticas de liberalização comercial sem critério, de desregulamentação financeira, de enxugamento do aparato estatal e desnacionalização da economia nacional, contribuem para um aumento significativo do desemprego em escala mundial. Sobre esse aspecto, é preciso considerar que, como resultado desse processo de mundialização das economias nacionais, o fenômeno do desemprego aberto² tem se tornado um objeto de preocupação, tantos dos governos, como, principalmente, das organizações sindicais, à medida que cresce cada vez mais a quantidade de mão-de-obra ociosa, geralmente relacionada ao circuito da pobreza e da exclusão social.

Conforme observado nos trabalhos de catalogação acadêmica de Cattani (1995) e Pochmann (1998), o tema da reestruturação produtiva e seus reflexos na organização do trabalho vem sendo objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, principalmente considerando as mudanças recentes que se processam no interior das organizações empresariais, bem como seus impactos sobre a classe trabalhadora. A importância dessa temática se circunscreve, atualmente, como de suma importância investigativa em razão das visíveis transformações que vêm ocorrendo nas empresas com a incorporação de modernas tecnologias organizacionais, gerenciais e industriais e que têm ocasionado uma redução substantiva dos postos de trabalho, bem como mudanças no perfil de qualificação dos trabalhadores, nos padrões de gestão da força de trabalho, entre outras.

Ao mesmo tempo, a reformulação das políticas sociais e trabalhistas, que visa diminuir cada vez mais o número de trabalhadores economicamente ativos, achata a

² De acordo com Souza (1980) e Singer (1971), citados por Pochmann (2001, p. 78), “o segmento da população ativa que supera as necessidades e exigências do processo de acumulação de capital conforma um conjunto de mão-de-obra excedente em cada país. A parte mais visível deste excedente é identificada pelo desemprego aberto, enquanto a parte menos visível é representada pelas mais diversas formas primitivas de organização da produção e de sobrevivência da população ativa”. Nesse sentido, o subemprego e outras formas de sobrevivência (os bicos, por exemplo) constituem a parte menos visível do excedente de mão-de-obra.

remuneração daqueles que continuam inseridos no mercado formal de trabalho sendo resultado de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que visa minimizar o gasto social e, conseqüentemente, adequar os países ao ajuste fiscal implantado pelos mesmos, de acordo com as políticas neoliberais em curso. Tais medidas acabam por conduzir a um intenso processo de flexibilização das relações de trabalho, caracterizado pelo enfraquecimento do poder sindical, pelas retiradas dos direitos trabalhistas, pela redução de salários e, também, pelo aumento do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado.

É justamente nesse contexto da reestruturação produtiva da economia mundial e de suas implicações sociais, políticas e econômicas que pretendemos, neste artigo, analisar os desafios impostos à classe trabalhadora na chamada “sociedade global de risco”³, principalmente porque é preciso considerar o desemprego estrutural em escala mundial como sendo um dos grandes riscos sociais da atual globalização contemporânea.

Nesse sentido, dividimos o nosso texto analítico em quatro partes. Na primeira parte, procuramos analisar o processo da globalização em sua dimensão estritamente econômica e produtiva, relacionando as mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais com a questão do desemprego estrutural, que, por sua vez, tem se tornado um fenômeno de escala mundial. Na segunda, discutimos o conceito de “sociedade de risco”, com base nas contribuições teóricas de Anthony Giddens e Ulrich Beck, procurando descrever uma nova perspectiva analítica proposta pelos autores, na qual o trabalho (conceito central na chamada sociedade de classes) perde sua centralidade ao ser substituído pela temática ambiental, cuja centralidade está agora fundamentada na questão ecológica. Na terceira parte, tomando como referência o conceito de “globalização”, procura-se compreender esse fenômeno segundo algumas novas abordagens teóricas de Boaventura de Souza Santos⁴ e de Ulrich Beck, procurando destacar as conseqüências humanas desse processo. Na quarta e última parte, procuramos descrever as novas formas sociais de resistência e de ação política que se configuram diante dos riscos do desemprego em escala global.

2 GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO

Conforme Lacerda (1998), as décadas de 1960 e 1970 marcaram um período caracterizado por profundas mudanças no curso do capitalismo contemporâneo, principalmente em razão do esgotamento do modelo taylorista/fordista de produção,

³ O conceito de sociedade global de risco está relacionado à teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck, o qual afirma que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi suplantada pela sociedade de risco. Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos.

⁴ Este teórico é integrante do chamado “Grupo de Lisboa”.

que, de certa forma, traduz uma crise estrutural do capitalismo, consequência da incapacidade do fordismo e do keynesianismo conterem as contradições próprias da lógica capitalista. A crise do sistema monetário e financeiro internacional, com fim do Acordo Monetário de Bretton Woods em 1971, significou a desregulamentação do sistema financeiro internacional, contribuindo para a constituição de um novo cenário macroeconômico mundial, caracterizado pela volatilidade dos mercados.

Dessa forma, a manutenção do regime de produção fordista vê-se ameaçada pela impossibilidade de sustentação de um sistema de produção em massa num contexto de demanda cada vez mais volátil. Nesse contexto de desafios impostos ao capitalismo, o que se percebe é que a saída encontrada para superação da crise estrutural ensejou profundas reestruturações econômicas produtivas, organizacionais e institucionais. A liberalização dos mercados mundiais com a intensificação dos fluxos de comércio internacional, as inovações tecnológicas que propiciaram um aumento da produtividade e competitividade, além de permitir uma flexibilidade produtiva necessária à adequação à realidade de mercados voláteis, às novas formas de gestão organizacional e da força de trabalho, bem como a reestruturação neoliberal do Estado, traduzem, em parte, o significado dessas mudanças recentes, bem como o surgimento de um novo regime de acumulação capitalista, que será designado por vários estudiosos como “a acumulação flexível” (ANTUNES, 1995; 2002).

Em síntese, em resposta a essa crise estrutural do capitalismo, o que se observa é a formulação de um conjunto de medidas por parte de tecnoburocratas e da classe empresarial (identificados com os preceitos neoliberais), visando implementar um amplo processo de reestruturação do capital com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo. Neste sentido, as reformas estruturais do Estado – privatizações, desregulação estatal, bem como a reforma administrativa, patrimonial, previdenciária e trabalhista – constituem a reestruturação institucional necessária à regulação desse novo modelo de gestão pública funcional a essa nova lógica de acumulação. Na realidade, o objetivo dessas mudanças institucionais consiste em substituir o princípio do Estado pelo princípio do mercado e, neste caso, conforme afirma Santos (2002: 38), “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”.

Já, em termos organizacionais, o que se pode observar é a adoção de um conjunto cada vez mais sofisticado de técnicas de gestão organizacional e tecnológica, centradas na chamada “flexibilização produtiva”, visando reduzir custos, aumentar a produtividade e ganhar competitividade nos mercados mundiais. A maior flexibilização da produção e o estabelecimento de redes interempresariais permitem às empresas se beneficiar das vantagens da integração vertical e responder com mais rapidez e eficiência à necessidade de competir, na medida em que melhoram e diferenciam os seus produtos (SANTOS apud PEREIRA, 2001).

O resultado dessas mudanças organizacionais para a força de trabalho têm sido a imposição de regimes de trabalho mais flexíveis e precários (crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado), ganhos modestos de salários reais (em alguns casos até redução), retrocesso do poder sindical, bem como aumento do desemprego estrutural. Na era da acumulação flexível, as empresas consideradas eficientes e competitivas são aquelas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que, apesar dessa redução do número de trabalhadores, continuam mantendo altos índices de produtividade.

Em outras palavras, o processo de globalização econômica tem causado profundas transformações na organização da produção, na gestão das empresas e na organização do trabalho. A introdução de novas formas de organização industrial e a alteração do sistema de organização da produção têm modificado, substancialmente, as formas de trabalho, criando expectativas desalentadoras à classe trabalhadora. Isso ocorre, sobretudo em razão de que o aumento do desemprego estrutural tem se tornado uma ameaça constante, tanto para os governos incapazes de formular políticas públicas de geração de emprego e renda como para os trabalhadores, que são obrigados a se submeter às novas regras e exigências do mercado de trabalho, ou, na pior das hipóteses, são conduzidos compulsoriamente a fazer parte das estatísticas dos desempregados.

O desemprego e a desigualdade de salários e renda têm se mostrado crescentes tanto entre as nações ricas como nas pobres, bem como no interior de cada país, principalmente naquelas regiões de menor desenvolvimento social e econômico, que, ao procurar adotar políticas regionais de crescimento, acabam por estimular a guerra fiscal entre Estados e, ao mesmo tempo, utilizam-se da estratégia de oferecimento de mão-de-obra barata a custos cada vez mais decrescentes.

Conforme Pochmann (2001), a partir da década de 1990, a economia brasileira começou a passar por profundas transformações, responsáveis, em grande medida, pela ampliação do desemprego aberto nacional. Segundo o autor, num primeiro momento, um conjunto de fatores interligados foram utilizados para explicar o aumento do desemprego estrutural no Brasil (rigidez do mercado de trabalho, baixa qualificação dos trabalhadores, recessão econômica etc). No entanto, mesmo diante de situações conjunturais caracterizadas pela recuperação do nível de atividade econômica (como o observado no período 1993-1997) e da implementação de medidas jurídico-institucionais para a flexibilização do mercado de trabalho e também de políticas educacionais para elevar a escolaridade e o nível de capacitação da mão-de-obra brasileira, tais medidas não foram capazes de conter a escalada do desemprego nacional.

Nesse sentido, para responder a esse desafio imposto pela globalização, que é o desemprego estrutural em escala mundial, o movimento operário, juntamente com vários outros movimentos sociais populares, tem procurado criar estratégias de enfrentamento dessa problemática em todo mundo. Na realidade, a questão do desemprego mundial tem sido uma das razões que têm motivado o surgimento de um conjunto significativo de

manifestações locais de resistências, principalmente por parte da classe trabalhadora, por meio de greves gerais e de outras estratégias de lutas que os movimentos sindicais têm organizado em vários lugares do mundo. A problemática do desemprego em escala planetária, bem como o risco social que representa, tem conduzido essa questão a fazer parte cada vez mais da pauta das chamadas “lutas transnacionais”, que, por sua vez, apontam para a possibilidade de se pensar uma globalização política alternativa, que se oponha a essa globalização da pobreza e da exclusão social.

3 A SOCIEDADE GLOBAL DE RISCO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ULRICH BECK E ANTHONY GIDDENS

Conforme Guivant (1998), o conceito de risco passa a ocupar um papel central na teoria social a partir da contribuição de dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck e Anthony Giddens. Para esses teóricos, os riscos ambientais e tecnológicos de graves consequências constituem-se, atualmente, nos conceitos-chave para compreendermos os processos sociais em curso na atual sociedade contemporânea.

Com base no conceito de alta modernidade (GIDDENS, 1997) e segunda modernidade ou modernização reflexiva (BECK, 1998), “ambos os teóricos, ainda que com abordagens que mantêm diferenças, coincidem em propor que o conceito de sociedade de risco passe a substituir o de sociedade de classes” (GUIVANT, 1998, p. 1). Em outras palavras, de acordo com tais autores, tal proposta teórica se fundamenta na idéia central de que a sociedade industrial (típica da primeira modernidade) deve ser substituída pela sociedade de risco, ou seja, o conceito de sociedade de risco permitiria a compreensão da modernização reflexiva⁵, pois, como afirma Beck, “qualquer um que conceba a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado dessa obsolescência é a emergência da sociedade de risco. Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.” (GIDDENS et al. 1997, p. 15).

⁵ O conceito de modernização reflexiva, também denominado por Beck como “segunda modernidade”, pressupõe a configuração de uma nova sociedade, que tende a dissolver os contornos da sociedade industrial: “por isso supõe-se que modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminho para outra modernidade” (GIDDENS et al, 1997, p. 13) .

Dessa forma, Beck⁶ e Giddens⁷ conduzem o tema dos riscos para o centro da teoria social contemporânea, ou seja, tais autores (principalmente Beck) propõem não apenas construir um novo conceito dentro da teoria social, mas uma teoria da sociedade global de risco, que estabeleça um novo paradigma teórico dentro da sociologia, pois, como afirma Guivant (1998: 18-19), “para ambos, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela radicalização dos princípios que orientaram o processo de modernização industrial, o que marcaria a passagem da sociedade moderna para a sociedade da alta modernidade, segundo Giddens, ou para a sociedade de risco ou da modernização reflexiva, segundo Beck. Com este argumento, ambos os teóricos também se distanciam das análises pós-modernas, na medida em que afirmam que ainda estamos na modernidade”.

Como citamos anteriormente, entre os chamados “riscos de graves consequências”⁸ considerados por Beck, podemos citar os ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, bem como os riscos econômicos. Estes últimos foram incorporados mais recentemente em razão da volatilidade dos mercados financeiros internacionais que acabam por conduzir a situações de *crash* nas bolsas, afetando profundamente inúmeras economias nacionais. Em síntese, esse conjunto de riscos configuraria uma nova forma de capitalismo, fundamentado numa nova ordem global, que, por sua vez, definiria a formação de uma nova forma de vida pessoal, ou seja, uma nova sociedade – a sociedade global de riscos.⁹

Em sua crítica à teoria sociológica de influência marxista, que até então tentava explicar a sociedade industrial contemporânea, Beck sugere que a sociologia como ciência deveria, a partir de agora, construir “[...] novas teorias, hipóteses e categorias para evitar converter-se numa “loja de antiguidades especializada em sociedade industrial” (GUIVANT, 2001, p. 3). Em outros termos, de acordo com Beck, não se pode tentar explicar a atual fase da modernidade (segunda modernidade ou modernização reflexiva) com velhas categorias conceituais de análise. Nesse sentido, Beck compreende

⁶ O conceito de “sociedade de risco” foi introduzido por Beck, no seu livro de 1986 (traduzido para o inglês em 1992 e para o espanhol em 1998), intitulado *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad*, onde procura desenvolver sua teoria a partir das reflexões efetuadas na Alemanha sobre a questão das preocupações com os riscos globais.

⁷ No seu livro *As consequências da modernidade* (1990), Giddens passou a considerar a noção de risco como central na sua teoria. No entanto, é no seu livro *Modernity and self identity* (1991) que a temática dos riscos é discutida com maior profundidade, inclusive com comentários a respeito das idéias de Beck.

⁸ “Ainda que Beck não se detenha em definições detalhadas do que se entende por risco, com este conceito ele abrange os ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (BECK, 1992). Eles podem trazer consequências incontroláveis, sem limites espaciais, temporais ou sociais, apresentando, assim, sérios desafios às instituições dedicadas a seu controle. Em síntese, trata-se de riscos com efeitos globais, invisíveis e, às vezes, irreversíveis” (GUIVANT, 1998, p.20).

⁹ “Para esses sociólogos, as sociedades altamente industrializadas, à diferença da sociedade industrial e de classes, própria do início da modernidade, enfrentam riscos ambientais e tecnológicos que não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos destas sociedades, ameaçando toda forma de vida no planeta e, por isto, estruturalmente diferentes no que diz respeito a suas fontes e abrangência” (GUIVANT, 1998, p.19). O uso do conceito de “sociedade de risco” por Beck refere-se justamente a essa fase de radicalização dos princípios da modernidade, pois, segundo ele, o progresso gerado pelo desenvolvimento científico e tecnológico torna-se uma fonte potencial de riscos no sentido da possibilidade de autodestruição da sociedade industrial. Os riscos daí resultantes são, em geral, de alta gravidade, ao mesmo tempo em que possuem uma magnitude global, pois tendem a afetar todo o planeta, os riscos são globais.

que a passagem da sociedade industrial e de classes (própria da primeira modernidade) para a sociedade de risco (própria da segunda modernidade) significaria um processo de transição, no qual a questão ecológica tenderia a suplantiar a questão de classes.

Em outros termos, tal pressuposto teórico estaria conduzindo a passagem da centralidade do trabalho (sociedade industrial) para a centralidade ambiental (sociedade de risco) e, dessa forma, seria, então, necessário construir uma nova teoria, capaz de dar conta dessa nova dimensão analítica, na qual a sociologia ambiental se torna a disciplina-chave para interpretar a atual fase da modernidade. Dessa maneira, com a ecologização da teoria social, Beck e Giddens tentam demonstrar que é necessário elaborar novos conceitos teóricos para entender as sociedades contemporâneas e, dessa forma, projetaram a análise dos riscos como eixo central de suas abordagens.

Em seu livro *La sociedad del riesgo* (1998), Beck procura em sua teoria estabelecer uma interface analítica entre o processo de globalização e os riscos atuais para a humanidade. Dessa forma, fica evidente que o conceito de risco estabelece um cruzamento com o conceito de globalização, pois a dinâmica processual desse fenômeno traz consigo um conjunto significativo de contradições econômicas e sociais que podem ser traduzidos em futuros riscos, tais como: crescimento da riqueza econômica ao lado do aumento da pobreza em massa; crescimento dos nacionalismos e dos fundamentalismos religiosos, que podem conduzir a conflitos com utilização de armas nucleares ou químicas; catástrofes ecológicas e tecnológicas, como resultante de uma dinâmica econômica, que só visa ao lucro imediato e desconsidera os riscos ambientais, e, por fim, a exarcebada tecnificação dos processos produtivos, que tem resultado no aumento significativo do desemprego estrutural em todo o mundo, constituindo-se, ao nosso ver, no principal risco social da contemporaneidade.

No que se refere à globalização dos riscos e às transformações relacionadas ao mundo do trabalho, bem como às suas conseqüências sociais, Beck aponta a possibilidade de um processo fatalista a que ele denominou de “brasilianização da Europa” (BECK, 1999). O termo “brasilianização da Europa” utilizado pelo autor traduz, em certa medida, uma tendência caracterizadora do futuro de muitos países europeus desenvolvidos se adotarem à risca o receituário neoliberal. Em outras palavras, a difusão do setor informal, a flexibilização do mercado de trabalho, a desregulação de amplas áreas da economia, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento da legitimidade do Estado, o crescimento do desemprego e o aumento dos índices de violência cotidiana, de certa forma, traduzem em parte as conseqüências sociais do referido receituário neoliberal adotado no Brasil. E é nesse sentido que Beck procura fundamentar o significado e a dimensão social do termo, evidenciando os mesmos riscos para os países europeus.

Em relação à questão do trabalho, embora tanto Giddens como Beck procurem tratá-la como uma questão periférica em sua nova teoria social dos riscos (uma vez que a questão ambiental é chave explicativa da sua abordagem analítica), é preciso

considerar a sua importância atual em razão dos seus impactos negativos para a humanidade. E é talvez esse aspecto que melhor defina e traduza os limites da teoria proposta pelos referidos autores e nos conduza a formular as seguintes questões reflexivas: a) O desemprego aberto em escala mundial, como um dos grandes desafios atuais da humanidade, não poderia ser compreendido como um risco social de graves consequências? b) Por que a questão do trabalho é secundária na análise de riscos de Beck se o desemprego estrutural (que é um fenômeno global) não apenas afeta o sujeito coletivo, como também coloca em risco a própria existência ontológica dos indivíduos?¹⁰

Em resumo, esses questionamentos se efetivam como um dos desafios humanos mais importantes a serem superados nos dias de hoje, pois muitas das tragédias individuais (suicídio, depressão, desestruturação familiar, alcoolismo etc.) e coletivas (pobreza, fome, prostituição, violência urbana, tráfico de drogas etc.) estão relacionadas à questão central do significado do trabalho na vida cotidiana e coletiva dos indivíduos e, por isso mesmo, não pode ser compreendida com uma questão secundária e periférica.

4 TEORIZAÇÕES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO DE LISBOA¹¹ E DE ULRICH BECK

De acordo com Santos (2002), é preciso compreender que o fenômeno da globalização não se efetiva como um processo homogêneo e uniforme, mas é, antes de tudo, um fenômeno multifacetado, no qual as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, religiosas e jurídicas estão interligadas entre si de modo complexo. Considerando, então, essa complexidade que envolve a compreensão da globalização, é importante observar que as teorizações sobre o referido fenômeno, que estão fundamentadas em explicações monocausais, tendem a ser limitadas e incompletas e, por isso, não conseguem constituir uma análise crítica que dê conta de uma interpretação mais apurada da globalização contemporânea. Como consequência dessas abordagens interpretativas monocausais, a globalização muitas vezes é vista como um processo monolítico destituído de contradições.

¹⁰ A questão do desemprego, em razão da sua importância social e, mesmo, emocional para as pessoas, pode significar o desmoronamento dos projetos de *self* (nos planos físicos e psíquicos) dos indivíduos. É preciso considerar o poder desestruturador do desemprego na vida cotidiana dos indivíduos o que, por sua vez, pode até mesmo comprometer a “segurança ontológica” a que se refere Giddens.

¹¹ O chamado “Grupo de Lisboa” refere-se a um conjunto de pesquisadores portugueses ligados ao Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que efetuaram um vasto projeto de pesquisa sobre o impacto da globalização neoliberal nas sociedades semiperiféricas. O referido estudo possibilitou o delineamento de um quadro teórico a partir de uma revisão da teoria do sistema mundial, propondo uma teoria do sistema mundial em transição. Os resultados da referida pesquisa foram publicados em oito volumes, em 2001 e 2002, pelas Edições Afrontamento (Porto, Portugal). As reflexões teóricas presentes neste artigo tomarão como referência analítica os conceitos de “globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica”, que foram elaborados e apresentados no livro *A globalização e as ciências sociais*, organizado por Boaventura de Souza Santos (2002) e que constitui o primeiro volume da coleção.

No entanto, embora essas teorizações (principalmente as abordagens economicistas) tendam a considerar a globalização como um processo homogeneizador e consensual, é preciso salientar que se constitui num “vasto e intenso campo de conflitos”. Por isso, é necessário pensar, conforme sugere Santos (2002), a existência de uma “globalização hegemônica”, cujos interesses se contrapõem a uma “globalização contra-hegemônica”.

De acordo com o referido autor, a globalização hegemônica, também chamada de “globalização neoliberal”, estaria relacionada à emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, centrado na idéia da liberalização dos mercados e na desregulamentação dos Estados nacionais. Tais pressupostos constituiriam os pilares ideológicos que sustentariam um consenso hegemônico, um consenso conhecido por “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington”, por ter sido na cidade de Washington, em meados da década de 1980, que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) se reuniram para a formulação de políticas de desenvolvimento para a economia mundial que levassem em conta um novo papel a ser assumido pelo Estado na economia.

Nesse novo cenário preconizado pelos defensores do neoliberalismo, as empresas multinacionais seriam os atores centrais da nova economia mundial, à medida que o processo de abertura econômica e desregulamentação estatal propiciaria uma intensificação dos fluxos de comércio internacional, estimulando o crescimento econômico e o aumento de bem-estar social a todos os países que adotassem tais políticas econômicas liberalizantes.

Nesse sentido, a globalização econômica é justificada ideologicamente pelo consenso econômico neoliberal, que tende a subordinar os interesses dos Estados nacionais aos interesses das agências multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI e Organização Mundial de Comércio - OMC), de forma a criar as condições objetivas para a atuação das grandes corporações transnacionais, interessadas em ampliar seus mercados e também seus lucros, à medida que vai superando os entraves protecionistas e regulatórios que impedem a expansão dos seus interesses mercadológicos. Por isso, na ótica dos defensores desse projeto neoliberal é tão importante estabelecer um Estado mínimo que siga à risca o seu receituário, pois só essa nova concepção de Estado é capaz de pôr em prática um modelo de desenvolvimento orientado para o mercado e que seja compatível com o novo regime global de acumulação.

Logo, as privatizações e as desregulamentações estatais, juntamente com os processos de abertura econômica, constituem os pilares orientadores das políticas de ajustamento estrutural macroeconômico que têm sido adotadas tanto por países periféricos como por semiperiféricos, de forma a se adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que estão sendo adotadas no centro do sistema mundial. No caso dos países periféricos e semiperiféricos, é preciso considerar que a sua inserção nesse processo se efetiva de forma marginal e excludente, na medida em que os custos e as oportunidades produzidas pela globalização são muito desigualmente distribuídos

no interior do sistema mundial. O aumento dramático das desigualdades sociais como resultante da concentração da riqueza produzida por essa globalização neoliberal tem atingido proporções escandalosas conforme comprovam inúmeros estudos.¹²

De acordo com Santos (2002, p. 35), essa nova pobreza globalizada “não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”. Em síntese, o desemprego estrutural tem se tornado uma das expressões concretas das novas desigualdades sociais produzidas pela atual “globalização da pobreza” (CHOSSUDOVSKY, 1997, apud SANTOS, 2002).

Essas evidências e fatos que traduzem o lado perverso da globalização nos conduzem a entender que, longe de ser um processo consensual e triunfalista como pretendem os seus defensores, a globalização se transforma num campo de contestação social e política, na medida em que produz e reproduz socialmente a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial. E é justamente nesse contexto conflitivo que se formam os espaços de enfrentamento das lutas anticapitalistas que, em escala ampliada, poderão futuramente estimular a internacionalização de inúmeros focos de resistência em todo o mundo (principalmente na periferia), associado à idéia de uma possível solidariedade transnacional.

Em seu livro *O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização* (publicado pela Paz e Terra, em 1999), Beck compreende o processo de globalização numa perspectiva mais otimista do que Boaventura Santos. Nesse sentido, propõe um debate político da globalização, pois, segundo ele, o “choque da globalização”, que se constitui no traço marcante da transição para a segunda modernidade, teria um efeito politizante sobre todos os atores e organizações e em todos os domínios da sociedade. Dessa forma, Beck procura delinear um conjunto de respostas à globalização com o objetivo de propor um conjunto de ações políticas (principalmente institucionais) para fazer frente aos paradoxos e às novas exigências de um mundo globalizado.

Tais respostas se constituem, de fato, numa espécie de um receituário neo-social-democrático com o qual Beck acredita ser possível superar as distorções sociais, econômicas e políticas da globalização neoliberal em curso. Esse receituário estaria fundamentado em dez proposições políticas.¹³

¹² Conforme Santos (2002) p. 33-34, “[...] a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas: 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram o seu PNB *per capita* decrescer nos anos 80; em 14 deles a diminuição rondou os 35%; segundo as estimativas das Nações Unidas, cerca de 1 bilhão e meio de pessoas (1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2 bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento. Segundo o Relatório do Desenvolvimento do Banco Mundial de 1995, o conjunto dos países pobres, onde vivem 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% do rendimento mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população mundial, detém 78,5% do rendimento mundial”.

¹³ Tais proposições políticas, que constituem o que aqui denomino de “receituário neo-social-democrático”, estão esboçadas em Beck (1999).

- 1) *cooperação internacional* – Beck propõe uma intervenção política em favor de uma cooperação mais eficiente e estreita entre as organizações internacionais, pois, segundo ele, “cresce com a globalização a necessidade de regulamentações internacionais para transações que ultrapassam fronteiras” (BECK, 1999, p. 227). Dentro dessa proposta, espera-se que o modelo de economia de mercado com responsabilidade social e ecológica, transforme-se agora no fundamento social para uma nova ordem econômica mundial;
- 2) *Estado transnacional ou “soberania inclusiva”* – A idéia do Estado transnacional proposto por Beck fundamenta-se na cooperação transnacional entre atores nacional-estatais, visando a um entendimento interestatal. Tal proposta se assentaria na idéia de substituição da “soberania exclusiva” pelo imaginário da “soberania inclusiva”, que, por sua vez, implicaria uma coordenação política interestatal fundamentada na cooperação transnacional;
- 3) *participação no capital* – neste caso, Beck propõe uma política social fundamentada na participação do trabalho no capital, ou seja, a substituição de uma política salarial por uma política de participação no capital (em seus lucros e prejuízos);
- 4) *reorientação da política educacional* - de acordo com Beck, uma das melhores respostas políticas à globalização é a construção de uma sociedade de conhecimento e pesquisa. Nesse sentido, o trabalho deve ser valorizado ou renovado pelo conhecimento, o que significa, em outras palavras, investimentos em educação e pesquisa;
- 5) *formulação de um novo contrato social* – neste contrato social Beck propõe uma responsabilização social por parte das empresas transnacionais no que se refere à qualidade do processo de produção e dos produtos. Tal proposta estaria alicerçada na idéia de um controle social (politização do consumo) e no autocontrole empresarial (responsabilidade social empresarial), em que os produtos seriam identificados por meio de etiquetas sociais, democráticas e ecológicas;
- 6) *aliança em favor da atividade comunitária* – com esta proposta, defende a idéia, a partir do engajamento da sociedade civil, de que a integração sociomaterial dos homens por meio do trabalho aquisitivo seja gradualmente compartilhada pelas possibilidades oferecidas pela atividade comunitária, pois como afirma Beck (1999, p. 245-246), “[...] aos desempregados restará no futuro a alternativa entre permanecer desempregado e receber o auxílio social ou atuar de modo espontâneo no setor da atividade pública”;
- 7) *determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos* – esta proposta se fundamenta na necessidade de substituição do modelo tradicional de economia exportadora de bens de consumo em massa por um modelo centrado e adequado na “capacidade de inovação”, em razão da multiplicidade socioeconômica

mundial da segunda modernidade. Nesse sentido, Beck aponta para as possibilidades que se efetuam na produção de produtos ecológicos, produtos e serviços altamente individualizados, produtos concebidos e elaborados a partir de uma política transparente de produção, produtos produzidos a partir de biografias socioecológicas voltados para os mercados regionais de curta distância. No que se refere à dimensão cultural, insere-se a questão dos direitos civis dos estrangeiros numa sociedade multicultural;

- 8) *culturas experimentais, mercados-nicho e auto-renovação social* – a partir da idéia de *individualização* proposta em sua teoria, Beck visualiza o surgimento de novas fontes culturais associadas ao surgimento de novos atores sociais e consumidores da segunda modernidade, o que pressupõe a existência de mercados-nicho ou minimercados alternativos regionais. A generalização desses mercados-nicho seria uma das respostas centrais aos dois problemas da primeira modernidade: o fim da produção em massa e o fim do emprego integral, e, por outro lado, a cultura e a produção do nicho tenderiam a desenvolver um modelo alternativo à racionalização econômica do grande capitalismo;
- 9) *empresários públicos e trabalhadores autônomos* – no que se refere a este aspecto, a segunda modernidade, de acordo com Beck, mudaria o foco da relação capital *versus* trabalho, pois “no lugar da figura social do trabalhador e do operário como adversários do capitalista e do empregador, coloca-se, de um lado, a figura central do trabalhador autônomo, e de outro, a do empresário público” (BECK, 1999, p. 260). Sua análise estaria centrada na enorme transformação de operários em empreendedores, ou seja, em empresários de si mesmo, que gerenciariam a sua própria capacidade de trabalho;
- 10) *pacto social contra a exclusão* – por fim, Beck propõe a formulação de um pacto social com o objetivo de organizar garantias básicas, através do fortalecimento de redes sociais de autoproteção que pudessem levantar como bandeira o tema da justiça econômica e social em escala mundial nos centros da sociedade civil global, pois as questões da pobreza e da exclusão social constituem-se na questão fundamental da segunda modernidade.

Em síntese, todas essas formulações políticas de Beck se apresentam como um conjunto de estratégias capazes de criar as condições sociopolíticas para o enfrentamento e a superação das contradições e dos desafios da globalização apontados, por exemplo, por Boaventura dos Santos, cuja abordagem teórica da globalização se constrói de forma mais crítica e realista, pois considera as diferenças estruturais existentes num mundo que não pode ser analisado numa perspectiva eurocentrista, como propõe Beck. Isso porque os impactos do processo de globalização nas mais diversas nações efetuam-se de maneira completamente diversa e de acordo com suas próprias fragilidades estruturais. Nesse sentido, as ações políticas de enfrentamento tomam configurações distintas de acordo com a realidade social, política, cultural e institucional de cada nação.

5 RESISTÊNCIAS LOCAL-GLOBAIS E A AÇÃO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DIANTE DOS RISCOS DO DESEMPREGO EM ESCALA GLOBAL

De acordo com Santos (2002, p. 67), a globalização econômica neoliberal acaba por criar as condições objetivas para o surgimento de espaços sociopolíticos de resistência, que, por sua vez, constituem-se, atualmente, em expressões concretas das lutas sociais de orientação anticapitalista que se opõem, radicalmente, à chamada globalização hegemônica, pois, como afirma o referido autor, “a resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção”.

Neste sentido, é possível compreender o movimento antiglobalização mundial como uma forma de globalização contra-hegemônica, da qual fazem parte redes de solidariedade transnacional, tais como, organizações operárias dos países integrados nos diferentes blocos regionais, organizações transnacionais de direitos humanos, organizações não governamentais (ONGs) de militância anticapitalista, movimentos feministas, ecológicos e tantos outros, situados, principalmente, na periferia do sistema mundial.

O que, em certa medida, unifica discursivamente esses movimentos sociais e redes de solidariedade transnacionais é o fato de que estão buscando constituir práticas e valores culturais alternativos e, ao mesmo tempo, que propõem também criar, em termos socioeconômicos, estratégias alternativas de produção, bem como de geração de trabalho e renda. Nesse caso, as formas alternativas mais eficazes contra a globalização econômica neoliberal seriam as sociabilidades locais de resistência e que residiriam “na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena-escala, diversificadas e auto-sustentáveis” (SANTOS, 2002, p. 72). Como por exemplo, podemos citar as iniciativas de pequena agricultura familiar, de pequenos comércios locais e de formas participativas de autogoverno local, entre outros espaços de sociabilidade de pequena escala, que deveriam ser operacionalizados a partir de lógicas cooperativas e participativas.

Diante da possibilidade de construção social e econômica desses espaços de sociabilidade alternativa perante a globalização neoliberal, é preciso compreender que a chamada “economia solidária”¹⁴ pode apontar para uma possibilidade de constituir estes espaços locais de resistência socioeconômica a que se refere Boaventura Santos,

¹⁴ A economia solidária constitui-se num conjunto de empreendimentos populares organizados no âmbito da cooperação por meio de redes de intercâmbio e integração produtiva e de consumo que têm por objetivo a geração de emprego e renda. Os vínculos integrativos e cooperativos das práticas solidárias de forma geral acontecem em forma de redes. Em outras palavras, tais ações solidárias se efetivam por meio de articulações entre as diversas unidades produtivas e de consumo existentes, constituindo-se numa rede de cooperação que não apenas possibilita a multiplicação de novas unidades, como também representa a estratégia central da sua força social, econômica e principalmente política. Sobre este tema da economia solidária sugerimos, para uma melhor compreensão do seu funcionamento, os estudos de Kraychete, Lara e Costa (2000) e Singer e Souza (2003).

tendo, possivelmente, um importante papel no sentido de minimizar essa dinâmica excludente, caracterizada pelo aumento das desigualdades sociais, aprofundadas, por exemplo, pelo desemprego estrutural.

Considerando essa possibilidade da constituição de uma possível globalização contra-hegemônica, as iniciativas associativistas, por meio, por exemplo, das redes de economia solidária, poderiam ser compreendidas como uma das formas de absorver milhões de trabalhadores que não têm lugar na economia capitalista (SINGER, 1999). De acordo com os defensores da chamada “economia solidária”, esta se constituiria no embrião de uma nova racionalidade econômica não capitalista, que, de certa forma, poderia se tornar uma alternativa para enfrentar a problemática do desemprego (KRAYCHETE et al., 2000).

Alguns defensores mais entusiasmados chegam a afirmar que “[...] a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exarceba” (SINGER, 1999, p. 10). Logo, de acordo com o economista Paul Singer, fica evidente a necessidade de que haja um estímulo cada vez maior à promoção de cooperativas de trabalhadores, de forma que possam absorver os milhões de desempregados que não tem lugar na economia capitalista. Nesse sentido, de acordo com suas próprias palavras, “será necessário formular uma outra solução não-capitalista para o desemprego” (SINGER, 1999, p. 122). Ainda conforme Singer, para resolver o problema do desemprego estrutural seria importante oferecer à massa dos socialmente excluídos uma alternativa real de reinserção social e produtiva, através de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria.

Uma estratégia concreta desse novo setor de reinserção produtiva seria a constituição de cooperativas de produção e de consumo que, por sua vez, absorveriam a massa dos desempregados e dos que sobrevivem precariamente com o trabalho parcial ou temporário. Um outro aspecto importante para a consolidação dessa alternativa em face do desemprego seriam o apoio e o patrocínio do poder público, juntamente com os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais progressistas, bem como dos movimentos populares, que, dessa forma, acabariam por constituir uma importante rede de apoio logístico e operacional a tais iniciativas de caráter solidário.

Nesse sentido, é possível pensar as redes de economia solidária como expressão concreta das novas formas de articulações solidarísticas e políticas da sociedade civil no mundo globalizado, ou seja, como parte integrante de uma solidariedade em escala mundial, que, por sua vez, poderá se constituir gradualmente na força motivadora e ideológica dos movimentos antiglobalização. Dessa forma, a proposta da economia solidária visa ultrapassar a idéia da filantropia do voluntariado tão presente em outras experiências de associativismo civil, para se constituir numa utopia capaz de contribuir para a construção de uma nova sociedade baseada na colaboração solidária – num novo

modo de produção, como chegam a acreditar os seus mais radicais defensores.¹⁵ Um modo de produção “movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade” (SINGER, 1999: 139). Essas manifestações de resistências defendidas por Boaventura e por Singer constituem-se em estratégias sociopolíticas alternativas de enfrentamento perante os desafios da globalização neoliberal, marcadamente caracterizada pela exclusão social.

Por sua vez, diferentemente da abordagem de Boaventura dos Santos, Beck e Giddens, e mesmo Zygmunt Bauman, procuram com suas propostas teóricas apontar caminhos para uma ação política capaz de superar os desafios que eles mesmo diagnosticam em sua nova teoria social (GIDDENS, 1997; BECK, 1998; 1999 e BAUMAN, 2001). Nesse sentido, os teóricos propõem não só uma nova teoria, mas também uma nova forma de ação política, defendendo a idéia de que é preciso “reinventar a sociedade e a política”. Em outras palavras, a formulação dessa nova “práxis política” considera que é necessário levar em consideração o mundo das práticas políticas cotidianas centradas na individualização dos conflitos e interesses, pois, como afirma Bauman (2001, p. 43), “riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados”.

Logo, a necessidade de se lidar com os riscos da alta modernidade implica a redefinição do que se entende por “política”, de maneira tal que a ação política deve se efetivar de forma “[...] diferente da que caracterizava as estratégias de emancipação, próprias da sociedade de classes, numa fase anterior da modernidade” (GUIVANT, 1998, p. 26). Isso porque, ainda que a política da emancipação possa continuar se constituindo como uma estratégia de resistência e enfrentamento no âmbito do que Boaventura dos Santos denomina de “globalização contra-hegemonica”, é no plano do que Giddens denomina como “política da vida”¹⁶ que se deve construir uma ação política diferente da chamada “ação política convencional”, que congrega os interesses coletivos e sociais (os metainteresses) e que, de certa forma, caracterizavam as lutas políticas da sociedade de classes da chamada “primeira modernidade”. No que se refere a esse aspecto, é importante considerar o que diz Guivant (2000, p. 7) sobre essa dimensão individualizante da ação política, proposta tanto por Giddens como por Beck:

¹⁵ De acordo com Paul Singer, as formas organizacionais autogestionárias viabilizadas pela economia solidária (cooperativas de produção e consumo) poderão se constituir numa alternativa perante a empresa capitalista e, dessa forma, “haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção” (SINGER, 1999, p. 125).

¹⁶ Sobre esse conceito, é preciso considerar a afirmação de Bauman sobre Giddens: “Como Anthony Giddens nos lembra estamos hoje engajados na ‘política-vida’; somos ‘seres reflexivos’ que olhamos de perto cada movimento que fazemos, que estamos raramente satisfeitos com seus resultados e sempre prontos a corrigi-los” (BAUMAN, 2001, p. 31). É importante destacar que “os movimentos ecologistas e feministas fazem parte desta política da vida, junto com práticas em áreas políticas mais ortodoxas, como as atividades econômicas e de trabalho” (GUIVANT, 1998, p. 27).

O mundo das instituições políticas (parlamentos, partidos políticos, sindicatos etc) simbolicamente rico, no qual se identifica política com Estado, sistema político com carreiras políticas full-time, estaria coexistindo com o mundo das práticas políticas cotidianas, caracterizado por uma individualização dos conflitos e interesses. Transformações complexas estariam acontecendo no plano da individualização conjuntamente com os processos de globalização. Tal individualização não seria equivalente a atomização, isolamento ou solidão, mas a processos em que os indivíduos devem produzir suas biografias (algo equivalente à formulação de Giddens sobre a reflexividade). A esse tipo de individualização corresponde um tipo de política que ainda coexiste com a anterior, mas esta superposição não implica necessariamente diálogo entre as duas formas de fazer política.

Logo, tanto para Beck como para Giddens, o importante é considerar a dimensão analítica da subpolítica (no sentido de subsistemas políticos), pois tal dimensão resgata o papel da individualização na ação política constituindo-se, assim, numa estratégia de resistência e enfrentamento capaz de encaminhar as transformações que Beck vislumbra como necessárias, principalmente quando o desafio maior é ter de lidar com os riscos de graves consequências.

Já a implementação da subpolítica para controle social dos riscos estaria assentada na formação de fóruns de negociação envolvendo peritos e leigos (um conhecimento perito que avalia os riscos e uma população leiga que os percebe). Para tal, seria importante a participação de autoridades governamentais e empresariais, dos dirigentes sindicais, dos representantes políticos e de outros segmentos representativos, que, por meio desses fóruns, tornariam públicas as discussões sobre os riscos, aperfeiçoando, inclusive, as pré-condições para a ação política. Dessa forma, os atores envolvidos não atuam apenas como agentes coletivos e sociais, mas como indivíduos – no sentido da individualização a que se referem Giddens, Beck e Bauman pois “a individualização chegou para ficar; toda elaboração sobre os meios de enfrentar seu impacto sobre o modo como levamos nossas vidas deve partir do reconhecimento desse fato” (BAUMAN, 2001, p. 47).

Em resumo, embora as propostas de ação política de Boaventura se efetivem na direção da chamada “política convencional de caráter emancipatório e coletivo” e as propostas de Beck e Giddens ressaltem os aspectos da subpolítica, onde se faz mais presente a atuação dos indivíduos na chamada “política da vida”, o que ambas têm em comum é o fato de que a amplitude espacial de suas atuações concretas tende a extrapolar as fronteiras geopolíticas, econômicas, sociais e culturais das nações, constituindo-se, assim, no que Boaventura chama de “solidariedade transnacional”, Giddens de “utopia da cooperação global” e Beck, de “solidariedade cosmopolita”. Independentemente do termo conceitual a ser utilizado, talvez sejam essas as formas estratégicas de resistência e de enfrentamento político que irão se configurar na atual sociedade global de riscos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o processo de globalização, bem como as suas implicações em relação aos desafios que envolvem a questão do trabalho nos dias atuais. Neste caso, tomamos como referência que o trabalho não deve ser tratado como uma dimensão periférica na ótica da análise dos riscos; pelo contrário, mesmo que tenha perdido sua centralidade na perspectiva teórica apresentados pelos autores citados (Giddens, Beck e Bauman), acreditamos que, pela sua importância vital (principalmente nas nações periféricas), o trabalho continuará tendo na vida das pessoas um importante papel na construção dos projetos de vida, tanto individuais como coletivos.

A questão da pobreza e da justiça social, que, de certa forma, aprofunda o enorme abismo entre o mundo dos ricos (países centrais) e dos pobres (países periféricos), evidencia que nestes últimos, ainda influenciados pelos valores dominantes da era da modernidade sólida e do capitalismo pesado (para utilizar a terminologia de Bauman), o trabalho continua a ser o elemento vital que rege a vida cotidiana dos indivíduos e, por isso mesmo, não pode e nem deve perder tão breve a sua centralidade. É preciso considerar que, a grande parte significativa do mundo (África, Ásia, América Latina, Oriente Médio), que, em certa medida, é afetada pela lógica de uma globalização excludente, o problema crucial ainda continua sendo a inexistência de trabalho para a grande parte da população desses continentes. As próprias estratégias sociopolíticas, e mesmo econômicas, viabilizadas pelas propostas de Boaventura e Singer (no caso brasileiro), constituem-se em alternativas que reforçam ainda mais a idéia de que a questão do trabalho não perdeu sua centralidade; ao contrário, toma na dinâmica atual da “modernidade líquida” uma nova forma, centrada nas possibilidades estratégicas das chamadas *economias dos setores populares*, que têm por objetivo minimizar a exclusão social à medida que se propõe a gerar trabalho e renda para milhões de pessoas desempregadas.

Por outro lado, é preciso salientar alguns aspectos identificados como limitativos da teoria da sociedade global de risco formulada por Ulrich Beck e, neste caso, queremos aqui destacar quatro aspectos que parecem ser importantes em relação a esses limites os quais caracterizaremos conceitualmente da seguinte forma:

- 1) sociologia eurocentrista: a abordagem proposta por Beck fundamenta-se numa “sociologia eurocentrista”, pois desconsidera as diferenças estruturais existentes entre as sociedades contemporâneas, cujas dinâmicas sociais, econômicas e políticas ainda estão fundamentadas na primeira modernidade, como é o caso das sociedades africana, latino-americana, asiática e do Oriente Médio. Nesse aspecto, é preciso destacar também o evolucionismo linear com que procura descrever a dinâmica que explica a transição da *sociedade de classes* para a *sociedade de risco*, principalmente porque desconsidera a dualidade que caracteriza as sociedades atuais, que apresentam os dois tipos de sociedade coexistindo simultaneamente;

- 2) determinismo ambiental (ecológico): com a ecologização da teoria social, Beck prioriza a questão ecológica e, assim, propõe suplantando a questão de classes, pois sua teoria social dos riscos estaria conduzindo à passagem da centralidade do trabalho (típica da sociedade de classes/primeira modernidade) para a centralidade ambiental (típica da sociedade de risco/segunda modernidade);
- 3) messianismo solidarístico global: no que tange à ação política necessária para o enfrentamento dos desafios da sociedade de risco global, Beck acredita que tal ação política deverá estar fundamentada numa pretensiosa idéia de uma possível “solidariedade cosmopolita” ou numa “utopia da cooperação global”, como acredita Giddens, e que, por meio das estratégias cotidianas da subpolítica (Beck), ou mesmo na dimensão da “política da vida” (Giddens), essas seriam instâncias capazes de criar as condições subjetivas e objetivas para conduzir os indivíduos a tais práticas sociais solidarísticas, que, por sua vez, seriam a base sociopolítica fundamental para a constituição de uma possível globalização da resistência ou contra-hegemonia (na ótica de Boaventura dos Santos);
- 4) paradoxo do “otimismo fatalista”: este termo ambíguo tem por finalidade revelar outro limite da sua teoria, pois Beck, ao propor o seu receituário neo-social-democrático, toma a Europa como referência totalizante de sua análise sociológica, bem como dos aspectos relativos à ação política transformadora na sociedade de risco. Nesse sentido, a Europa seria o modelo ideal para o enfrentamento dos desafios da globalização neoliberal (perspectiva otimista). Por outro lado, a “brasilianização da Europa” consistiria na ameaça social que paira sobre as nações que se deixarem conduzir pelo receituário neoliberal da globalização. Neste caso, o Brasil seria a referência negativa dessa dinâmica que caracteriza a globalização hegemônica a que se refere Boaventura dos Santos (perspectiva fatalista).

Em resumo, como foi salientado, este artigo teve por objetivo discutir a questão do trabalho e da globalização na perspectiva da teoria da sociedade global de riscos formulada por Beck. Acreditamos que tal teoria aponta para novas possibilidades analíticas do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, demonstra (a partir dos próprios limites dessa teoria) que é preciso continuarmos formulando novas categorias conceituais, as quais dêem conta da dinâmica social que caracteriza este mundo globalizado e complexo da atual sociedade pós-industrial.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre a metamorfoses e a entralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez / Unicamp, 1995.

———. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo : Boitempo Editorial, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

———. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

———. *O que é globalização?* equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David. *Processo de trabalho e novas tecnologias*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

———. *Trabalho e tecnologia*: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1997.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp Editora, 1997.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista de Informações Bibliográficas – ANPOCS*, n. 46, p. 3 – 38, 1998.

———. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 16, p. 95 – 112, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel et al. (Org.). *Economia dos setores populares*: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese; UCSAL, 2000.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto, 1998.

PEREIRA, Antônio Garcia et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis ; Ed. da UFSC, Socius, 2001.

POCHMANN, Marcio et al. *Catálogo da produção acadêmica sobre reestruturação produtiva e relações do trabalho*. Campinas, SP: Fundação Unitrabalho / Unicamp - Instituto de Economia, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SYNOPSIS

**GLOBALIZATION AND WORK IN THE RISK SOCIETY:
CONTEMPORARY THREATS, LOCAL-GLOBAL RESISTENCE AND
POLITICAL ACTION OF CONFRONTATION**

This academic study has the objective of analyzing the challenges imposed by the working class in the so-called risky global society, mainly due to the fact that it is necessary to consider the structural unemployment in world scale, as being one of the greatest social risks of the present contemporaneous globalization. Taking the definition of a risky society as a reference, developed from the theoretical contributions of Anthony Giddens and Ulrich Beck, we will make an attempt to describe a new analytical approach proposed by the authors, where the work (main definition in the so-called class society) losses its mainstream, and it is replaced by the environmental issue, whose mainstream is presently founded on an ecological issue. At the same time, from Boaventura de Souza Santos' and Ulrich Beck's theoretical approaches, we will analyze the globalization phenomenon, searching to stand out the human consequences of this process, as well as the new social pattern of resistance and of political attitude which are constituted before the risks of unemployment in global scale.

Key words: globalization, work, unemployment, productive reorganization, risky society.

SINOPSIS

**GLOBALIZACIÓN Y TRABAJO EN LA SOCIEDAD DE RIESGO:
AMENAZAS CONTEMPORÁNEAS, RESISTENCIAS LOCALES-
GLOBALES Y LA ACCIÓN POLÍTICA DE ENFRENTAMIENTO**

Pretendemos, en este artículo, analizar los desafíos impuestos a la clase trabajadora en la llamada sociedad global de riesgo, principalmente porque es necesario considerar el desempleo estructural en escala mundial como uno de los grandes riesgos sociales de la actual globalización contemporánea. Tomando como referencia el concepto de sociedad de riesgo, desenvuelto a partir de las contribuciones teóricas de Anthony Giddens y Ulrich Beck, se buscará describir un nuevo abordaje analítico propuesto por los autores en que el trabajo (concepto central en la llamada sociedad de clases) pierde su centralidad al ser sustituido por la temática ambiental, cuya centralidad está ahora fundamentada en la cuestión ecológica. Al mismo tiempo, a partir de los abordajes teóricos de Boaventura de Souza Santos y de Ulrich Beck, vamos a analizar el fenómeno da globalización procurando destacar las consecuencias humanas de este proceso, bien como las nuevas formas sociales de resistencia y de acción política, que se configuran frente a los riesgos de desempleo en escala global.

Palabras llave: globalización, trabajo, desempleo, reestructuración productiva, sociedad de riesgo.